

As mudanças climáticas e o “social”



Por HENRI ACSELRAD*

O “social” no debate climático é reduzido a um mero efeito colateral e governável da produção de riqueza

Alguns autores entendem que as ciências sociais custaram a reconhecer as mudanças climáticas como objeto de análise porque seriam “sociais demais”.^[i] Mas o que sugere a leitura dos seguidos relatórios do IPCC (Painel Internacional das Mudanças Climáticas) é, ao contrário, que as ciências mobilizadas pelas instituições governativas para equacionar as questões climáticas têm se mostrado “sociais de menos”. E esta seria, inclusive, uma das razões pelas quais elas não têm conseguido dar conta da complexidade sociopolítica dos efeitos como das causas dos processos climáticos.

Ou seja, o problema climático é frequentemente ‘naturalizado’ e as pesquisas sociais que mapeiam a trama que liga o fato científico ao campo político tendem a ser vistas indevidamente como climatocéticas.^[ii] O “social” no debate climático é, por consequência, reduzido a um mero efeito colateral e governável da produção de riqueza.

Como reconhece até mesmo um dos autores do relatório do Painel Internacional das Mudanças Climáticas (IPCC), responsável pelo tópico sobre desregulação climática e migrações internacionais, “os trabalhos científicos demonstram cada vez mais claramente como as questões de justiça social, de migração, de desenvolvimento e de conflitos estão estreitamente entrelaçadas com a mudança climática. E que as ciências sociais devem ser maciçamente mobilizadas para estes assuntos. Trata-se de problemáticas eminentemente políticas que os climatologistas não podem prever com seus modelos matemáticos e os tomadores de decisão não querem que sejam abordadas nos estudos do IPCC”.^[iii]

Frente à resistência institucional ao tratamento das questões conflituais e propriamente políticas das mudanças climáticas, há uma tendência a que pesquisadores envolvidos prefiram preencher o “social” do relatório do IPCC por um debate sobre “adaptação” aos efeitos das mudanças. Ou seja, que “o social” seja considerado pelas instituições como um efeito colateral indesejável das mudanças climáticas, um resíduo manejável face à prioridade de manter inalterados os padrões técnicos e locacionais requeridos pela acumulação de riqueza.

Ora, o “social” pode ser pensado para designar, alternativamente, um estado da realidade, de sentido ontológico, um princípio de avaliação das ações, de sentido normativo, ou uma problemática pertinente ao campo político, num sentido crítico.^[iv] Ao esvaziar as possibilidades de enfrentar a questão climática na integralidade de suas dimensões políticas e de assumir os desafios do questionamento das formas de interação conflituosas entre as diferentes práticas espaciais, as instituições recusam-se a transformar a “experiência sensível” do problema climático em solução. Pois como sublinhou o filósofo da ciência Georges Canguilhem, “a experiência sensível é o problema a resolver e não o começo da solução”.^[v]

Para se configurar apropriadamente “o problema”, haveria que se considerar o social como um sistema de relações e de processos. No caso que nos interessa, tais relações integram o governo das coisas com o governo dos homens, a interação entre homens e coisas e, em última instância, a relação entre os homens mediada pelas coisas. Pois a mudança climática não é uma substância, mas um processo que se desdobra num espaço de relações que precisa ser pensado também relationalmente, ou seja, para além das representações oficiais que dela fazem as instituições a partir de esquemas formatados na perspectiva dos Estados e que nos colocam ante o risco de estender à ciência as limitações do campo administrativo.^[vi]

Cabe considerar que processos como o das mudanças climáticas são dotados de uma autonomia relativa que “baseia-se na vida em comum de uma pluralidade de seres humanos mais ou menos dependentes uns dos outros e que agem uns com os

a terra é redonda

outros ou uns contra os outros – de seres humanos que estão imersos em uma natureza não-humana".[\[vii\]](#)

Os movimentos conservadores têm operado, na esfera pública, como uma assumida força anti-reflexiva.[\[viii\]](#) No terreno ambiental, este campo conservador se mobiliza contra a adoção de regulações políticas em nome do primado da propriedade privada e da lucratividade das corporações. Seus *think tanks* questionam a legitimidade da ciência dos impactos ambientais, e, com ênfase maior, aquelas que estudam suas dimensões sociais, discutindo as causas estruturais e as desigualdades socioespaciais dos efeitos das mudanças climáticas.

Os episódios conhecidos de crise financeira ou conflito geopolítico trouxeram à luz, de forma condensada, a baixa prioridade dada às questões climáticas por instituições estatais e multilaterais, que tendem a deixar de lado seu discurso ecológico para dar lugar à busca de autarcia e recuperação econômica a qualquer custo. A pressão antirreflexiva mostra, assim, toda a sua corpulência, com os traços de uma cosmologia capitalista focada no clima dos negócios e nos circuitos materiais e monetários da acumulação, pouco disposta a dar visibilidade aos processos sociais e ambientais de que estes circuitos dependem e dos quais, ao mesmo tempo, decorrem.

Há uma diversidade de possibilidades de entendimento das relações sociais obscurecidas pela abordagem institucional prevalecente de uma "sociedade das mudanças climáticas" reduzida a simples objeto de ações adaptativas. As ciências sociais permitem chamar a atenção para os condicionantes sociopolíticos da construção, da legitimação ou da negação da questão climática; para o papel do saber tradicional no quadro de uma geopolítica do conhecimento que deveria incluir saberes de epistemologias autóctones; para o reconhecimento de que a controvérsia científica tem temporalidade distinta da controvérsia política, indicando que a polarização ideológica pode operar como estratégia para postergar decisões políticas; para a percepção de que, ao lado da prevalência de perspectivas de curto prazo, da ação do lobby dos combustíveis fósseis, da fraqueza do regime legal internacional e da relutância dos governos do Sul em adotar soluções que remetem a desigualdades coloniais, a fraqueza das políticas climáticas globais pode ser explicada pela complacência das instâncias de poder com a concentração mais que proporcional dos males ambientais sobre grupos étnicos e de baixa renda.[\[ix\]](#)

***Henri Acselrad** é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Notas

[i] Latour, B. *Où atterir? Comment s'orienter en politique*. Paris: La Découverte, 2017.p. 81.

[ii] Dahan, A. e Guillemot, H. *Les relations entre science et politique dans le régime climatique: à la recherche d'un nouveau modèle d'expertise?* Natures Sciences Sociétés. Paris, 23, supplément, 2015, p. S9.

[iii] Gemenne, François. *Les scientifiques du Giec demeurent dans une posture de "neutralité objective" qui confine à l'attentisme*, entrevista a Mickaël Correia, 22/2/2022, <https://www.mediapart.fr/journal/international/280222/climat-les-scientifiques-du-giec-demeurent-dans-une-posture-de-neutralite-objective-qui-confine-la>

[iv] Gaudin. O. e Cukier, A. *Le sens du social, philosophie et sociologie*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

[v] Canguilhem, G. *Leçons sur la méthode*. In: Bourdieu, P. Chamboredon, J-C e Passeron J-C. *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton/Bordas, 1968. p. p. 336-339.

[vi] Duclos, D. *La Science absorbée par la commande administrative*. In: Theys, J., Kalaora, B. (orgs.). *La Terre outragée - les experts sont formels*. Paris: Ed. Autrement, série Sciences et société n.1. 1992, p.170-187; Bourdieu, P. (avec Loic J.D. Wacquant) Réponses. Paris: Seuil, 1992.

[vii] Elias, N. *Escritos e ensaios; 1. Estado, processo opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.31.

[viii] Dunlap, R. E. e Mccright, A. M., *Anti-reflexivity: The American Conservative Movement's Success in Undermining Climate Science and Policy*, Theory Culture Society, London, 27 (2-3):p 100-133, may 2010

[ix] Acselrad, H. O "social" nas mudanças climáticas, revista *Liinc*, v. 18 n. 1, fevereiro 2022.

a terra é redonda

<http://revista.ibict.br/liinc/issue/view/312>

A Terra é Redonda